

Comissão entrega a Sarney anteprojeto de nova Carta

JORNAL DO BRASIL

18 SET 1986

18 SET 1986

Brasília — Com aparência de apostila escolar, capa preta e 220 páginas, o anteprojeto da nova Constituição da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi exibido em forma quase definitiva, na Universidade de Brasília, pelo presidente da comissão, jurista Afonso Arinos. Muito orgulhoso do trabalho desenvolvido há quase um ano ao lado de 50 pessoas, Arinos anunciou na reunião final da comissão que o anteprojeto representa o mais avançado texto constitucional que o país já teve: "Agora, só falta ser aprovado e que as leis sejam cumpridas".

Os integrantes da comissão presentes à reunião de encerramento — 25 dos 51 — apontaram algumas das conquistas mais importantes incorporadas ao anteprojeto. Uma delas é a mudança do sistema de governo, incorporando ao regime presidencialista vigente em vários elementos do parlamentarismo. O modelo de constituição da comissão introduz a figura do primeiro ministro, que dividirá atribuições com o presidente da República, à frente do conselho de ministros. "A maioria achou que este era o melhor caminho e que pode servir de exemplo, inclusive, a outros países da América Latina em que o poder sempre tenha sido concentrado", diz Arinos.

Hoje, às 15 horas, o presidente José Sarney vai receber das mãos do jurista Afonso Arinos 436 artigos que modificam substancialmente o perfil da sociedade brasileira, afirma um dos membros da comissão, Luiz Ferreira Pinto, professor de direito constitucional. A tortura, por exemplo, passa a ser enquadrada como crime imprescritível, inafiançável e insuscetível de anistia; o Congresso terá incumbência de estabelecer um limite de juros anuais a título de pagamento da dívida externa e ainda caberá aos parlamentares a decretação do estado de sítio — que na atual conjuntura é prerrogativa do presidente da República. Além dessas alterações, o anteprojeto assegura direito de greve sem restrições, existência das comissões de fábrica e limite da jornada de trabalho a 40 horas semanais.

Antes de levar o documento a Sarney, o presidente da comissão, Afonso Arinos, antecipa que o grupo de trabalho fez apenas cumprir uma exigência de Sarney: despertar a sociedade brasileira para a discussão de seus problemas. "Tentamos organizar a liberdade por meio de artigos e parágrafos, sabendo de antemão que uns grupos ficarão mais satisfeitos do que outros e que a unanimidade também não é o que perseguimos", conclui Arinos.

Autores querem muita discussão

"O modelo é avançado, mas nossa preocupação é de que seja exequível", observa Pinto Ferreira, para quem só a estabilidade econômica assegura a estabilidade política. Esta também é a opinião de outro integrante da comissão, Cristovam Buarque, reitor da UNB, que enfatizou a necessidade de toda a sociedade discutir e aprimorar, se for o caso, alguns artigos do anteprojeto.

"Nós realizamos um texto cerca de 15% maior do que o atual, porque incorporamos vários parágrafos da Constituição vigente como artigos, ainda assim, ficou num tamanho satisfatório e bem abrangente", diz Buarque, lembrando que "um Congresso conservador vai fazer cara feia a muitas inovações e por isso é tão importante que o voto dos cidadãos, nestas eleições, seja o mais consciente possível".

O diretor do Dieese, Walter Barelli, não considera o trabalho definitivo nem exemplo de uma Constituição popular, mas afirma que o texto é bastante avançado em comparação com as leis atuais. "O capítulo sobre a ordem social incorpora bem as questões dos trabalhadores e sindicais e caberia aos políticos aumentar ainda mais o alcance das conquistas caso estejam comprometidos, de fato, com os interesses da maioria", diz Barelli.

ANC 88

Pasta Agos/Out 86

085